

eds.
Oriol Nel·lo
Ismael Blanco
Ricard Gomà

El apoyo mutuo en tiempos de crisis

La solidaridad ciudadana
durante la pandemia
COVID-19



CLACSO

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

CLACSO Secretaría Ejecutiva

Karina Batthyány - Secretaria Ejecutiva

María Fernanda Pampín - Directora de Publicaciones

Equipo Editorial

Lucas Sablich - Coordinador Editorial

Solange Victory y Marcela Alemandi - Gestión Editorial

Nicolás Sticotti - Fondo Editorial



LIBRERÍA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIALES

CONOCIMIENTO ABIERTO, CONOCIMIENTO LIBRE

Los libros de CLACSO pueden descargarse libremente en formato digital o adquirirse en versión impresa desde cualquier lugar del mundo ingresando a www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana

El apoyo mutuo en tiempos de crisis. La solidaridad ciudadana durante la pandemia Covid-19

(Buenos Aires: CLACSO, mayo de 2022).

ISBN 978-987-813-190-0



CC BY-NC-ND 4.0

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales | Queda hecho el depósito que establece la Ley 11723.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875 | clacso@clacsoinst.edu.ar |

www.clacso.org



Este material/producción ha sido financiado por la Agencia Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Asdi. La responsabilidad del contenido recae enteramente sobre el creador. Asdi no comparte necesariamente las opiniones e interpretaciones expresadas.

Índice

Introducción. Fortalecer y estudiar la acción colectiva ante la crisis. El proyecto SOLIVID de investigación/acción.....	11
<i>Oriol Nel·lo, Ismael Blanco y Ricard Gomà</i>	

Primera parte.

Las iniciativas solidarias ante el reto global de la pandemia y las políticas públicas nacionales

Capítulo 1. Territorios en acción. Construcción colaborativa de conocimiento sobre las organizaciones de la sociedad civil en Argentina.....	35
<i>Paula Rosa, Emanuel López Méndez, Adriana Rofman y Agustina Gradin</i>	

Capítulo 2. ¿Quo vadis Bolivia? Desigualdades, pandemia y solidaridad en un contexto incierto	57
<i>María del Carmen Ledo García</i>	

Capítulo 3. Entre a negação e a autogestão. Sobrevivendo e resistindo à pandemia nas grandes cidades do Brasil.....	83
<i>Julia Rossi, Julia Caminha e Gabriela Nascimento</i>	

Capítulo 4. Iniciativas solidarias como reacción a la pandemia en Colombia	109
<i>Magda Y. Arias-Cantor, Wilmar Gil, Wilber Mejía Toro, Mary Ospina Henao y Tomás Loaiza Herrera</i>	

Capítulo 5. El binomio imprescindible. Políticas públicas e iniciativas solidarias en España en la pandemia Covid-19131

Oriol Nel·lo y Joan Checa

Capítulo 6. Geografías de la acción colectiva en Italia. La respuesta social a la pandemia en la Lombardía y el Véneto163

Laura Fregolent (Coord.), Matteo Basso, Emanuele Belotti, Nicola Di Croce, Elena Ostanel y Andrea Visioli

Capítulo 7. Evolução das redes locais de solidariedade em Portugal. Análise em tempos de pandemia e perspectivas para o futuro193

José Carlos Mota, João Seixas, Alexandra Ataíde e Carolina Cardoso

Segunda parte.

Experiencias urbanas: La ayuda mutua en ciudades y barrios

Capítulo 8. Las redes comunitarias y la crisis de la Covid-19. Un estudio de caso de las experiencias en Córdoba (Argentina) y Madrid (España)..... 227

Lucía Cobos Tribiño y Laura Laosa Crespo

Capítulo 9. A Covid-19 na cidade de Porto Alegre (Brasil) e a situação das mulheres na pandemia..... 251

Vanessa Marx

Capítulo 10. El social building en tiempos de pandemia. Causalidades, oportunidades y consolidación institucional. Análisis, experiencias y perspectivas en la ciudad de Nápoles.....275

Guglielmo Trupiano, Giovanna Galeota Lanza y Raffaele Paciello

Capítulo 11. Emergencias, latencias y activaciones de las redes comunitarias en el marco de la pandemia de Covid-19. El caso de tres barrios de Pamplona-Iruña.....301

Ion Martínez Lorea y Andoni Iso Tinoco

Capítulo 12. Respuestas comunitarias y formas de organizarse e informar ante la Covid-19 en el País Vasco	323
--	-----

María del Mar Lledó e Imanol Telleria

Capítulo 13. Trayectorias y redes de colaboración de las iniciativas solidarias frente a la pandemia en Valencia.....	343
--	-----

Julia Salom-Carrasco y Félix Fajardo

Capítulo 14. La búsqueda de respuestas emancipatorias a la inseguridad alimentaria. Lecciones y contradicciones desde Madrid	369
---	-----

*Marian Simón Rojo, Araceli Serrano Pascual,
Carlos Pereda Olarte y José Ramón González Parada*

Conclusiones. Solidaridades y bienestar colectivo. Un futuro a construir	393
---	-----

Ismael Blanco, Ricard Gomà y Oriol Nel·lo

Nota sobre las autoras y autores	415
--	-----

Capítulo 7

Evolução das redes locais de solidariedade em Portugal

**Análise em tempos de pandemia
e perspetivas para o futuro**

*José Carlos Mota, João Seixas, Alexandra
Ataíde e Carolina Cardoso*

Introdução

As redes locais de solidariedade foram essenciais para uma resposta mais abrangente e eficaz aos profundos impactos sociais resultantes da pandemia e dos diferentes períodos de confinamento vividos, sobretudo junto dos grupos mais vulneráveis da sociedade portuguesa.

Estas redes podem analisar-se através de distintos tipos de características, estruturas e dinamismos: pela natureza e fins da sua ação, pela capacidade de articulação nas respostas (entre a sociedade civil organizada, o Estado e as empresas privadas), pelos processos e perfis de resposta, de mobilização, de ação e consequentemente de impacto na vida das mais diversas e distintas comunidades.

Propõe-se aqui analisar estes processos de estruturação das redes locais de solidariedade criadas ou transformadas em Portugal durante a pandemia, e os seus impactos, discutindo ainda suas perspectivas futuras. Esta análise é desenvolvida através dos resultados de um inquérito efetuado a mais de duas centenas de iniciativas no terreno no final do primeiro confinamento, bem como por uma ilustração mais direta de dois casos de estudo em distintos territórios — em Aveiro, na região Centro (Vizinhos de Aveiro e Cidadania Lab) e no Barreiro, na Área Metropolitana de Lisboa (Vizinhos do Barreiro e LABIC Barreiro Velho).

O texto encontra-se dividido em cinco partes, que reflectem os seguintes aspectos: o impacto da Covid-19 em Portugal; a evolução recente da cidadania e das redes locais de ação em Portugal; uma análise das redes territoriais de solidariedade no país durante a pandemia; uma ilustração de dois casos de estudo referentes a coletivos de vizinhos e laboratórios de cidadania; e, finalmente, as conclusões.

O impacto da Covid-19 em Portugal

A pandemia da Covid-19 teve, em todo o mundo, um conjunto de impactos muito significativos na vida das pessoas, bem como nas estruturas sociais e económicas. Até ao momento em que este texto é escrito, registaram-se mais de 275 milhões de pessoas contaminadas e 5,36 milhões de mortos. Em Portugal, de março 2020 a dezembro 2021, mais de 10% da população foi infetada (1,2 milhões pessoas) e morreram cerca de 18.600 pessoas.

O impacto da Covid-19 foi muito severo e para além da lamentável perda de vidas humanas. Os indicadores de mobilidade dos últimos dois anos mostram como os dois *lockdown* interferiram na vida profissional e económica do país. Segundo Mota (2021), “entre março e abril de 2020, a média de pessoas confinadas atingiu os 61%¹, um

¹ Ver <https://www.publico.pt/interactivo/portugal-meio-gas-que-mudou-pais-suspenso>.

valor bastante superior ao registado no segundo *lockdown* (39,5%)². Em resultado dessa paragem, “1,6 milhões de alunos passaram a ter aulas à distância e quase um quarto dos 4,9 milhões de trabalhadores começaram a trabalhar remotamente³”.

Figura 1. Tendências de mobilidade durante a pandemia

Tendências de mobilidade

Alteração nos pedidos de direções desde 13 de janeiro de 2020



Fonte: <https://Covid19.apple.com/mobility>.

Contudo, a exposição ao vírus não foi igual para todos. As classes sociais e laborais mais desfavorecidas e precárias, com atividades não

² Ver <https://www.publico.pt/2021/01/16/sociedade/noticia/portugueses-cumpriram-ordem-ficar-casa-forma-ligeira-1946607>.

³ Ver INE, 2020.

compatíveis com o trabalho à distância, continuaram a desenvolver a sua atividade presencialmente e a utilizar os transportes públicos na deslocação quotidiana. Uma sondagem do *Jornal de Notícias* realizada no final de março de 2020 revelou que “44% dos inquiridos estavam a trabalhar em casa, mas no caso das pessoas com rendimentos mais elevados a percentagem chegava aos 68%”. Quanto às pessoas mais pobres, “três em cada quatro pessoas estava a fazê-lo presencialmente, sobretudo em profissões mal remuneradas (construção civil, limpezas, trabalhos administrativos), com o risco associado”. Este indicador é também sensível à geografia da residência e do trabalho. Em Lisboa, por exemplo, “o teletrabalho foi realizado por 55% dos inquiridos enquanto noutras regiões do país o valor baixa para 40%⁴” (Mota, 2021).

O confinamento teve repercussões muito significativas na atividade económica do país. No ano de 2020, “houve uma queda de 18,5% nas exportações da indústria do vestuário⁵ e no importante setor do turismo os hotéis nacionais tiveram uma perda estimada de 3,6 mil milhões de euros (AHP)», o mesmo se passou nos pequenos negócios, com o encerramento de 1.500 cabeleireiros em 2020 e de 30% dos ginásios, num universo de 1.100 empresas⁶ (Mota, 2021). Como se pode verificar na Figura 2, o “indicador de atividade económica”⁷ teve uma contração de 3,2% durante o 1º ano da pandemia — quebra particularmente visível nos primeiros meses de confinamento. A ligeira melhoria registada nos meses seguintes, decorrente do paulatino levantamento das medidas de restrição, foi de novo restringida nos meses finais de 2020 e sobretudo no início de 2021.

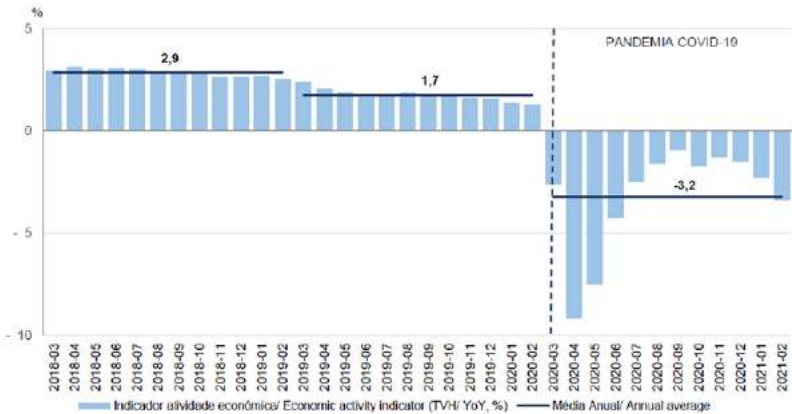
⁴ Ver <https://www.jn.pt/nacional/quase-metade-das-pessoas-esta-a-trabalhar-em-casa-mas-nao-os-mais-pobres-12000948.html>.

⁵ Ver <https://sicnoticias.pt/especiais/coronavirus/2020-11-10-Industria-textil-e-do-vestuario-sofre-quebra-de-185-nas-exportacoes>.

⁶ Ver <https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2517/html/economia/temas/radiografia-ao-impacto-da-pandemia-nos-varios-setores>.

⁷ Indicador composto que “sintetiza um conjunto de indicadores quantitativos que refletem a evolução da economia” (INE, 2021).

Figura 2. Indicador de atividade económica em Portugal



Fonte: INE — Um ano de pandemia — Uma breve Síntese INE@COVID-19 (2021).

O Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias⁸ promovido pelo INE ilustra bem a adaptação ao trabalho e estudo em casa e explicita as diferentes respostas diferenciadas face à capacidade económica das famílias. Em 2020, houve um aumento de “mais de 30 pontos percentuais comparativamente a 2010 e de 3,6 p.p. em relação ao ano anterior”⁹. No entanto, as desigualdades sociais no acesso à internet são bem evidentes. De acordo com o inquérito referenciado, os agregados com maiores rendimentos “são os que apresentam maiores níveis de acesso à internet (96,8%) e à banda larga (94,5%)” enquanto no outro extremo (20% com menores rendimentos), “as proporções reduzem-se para 66,9% com acesso à internet em casa e 62,4% através de banda larga”. Por último, o comércio eletrónico teve um aumento superior

⁸ Ver https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=465024825&att_display=n&att_download=y.

⁹ “84,5% dos agregados familiares em Portugal têm ligação à internet em casa e 81,7% utilizam ligação através de banda larga”.

a 7%, para um valor próximo de 35,2%¹⁰, ainda assim abaixo da média da União Europeia (cerca de 49%).

Os dois anos de pandemia contribuíram para o aumento da precariedade laboral, sobretudo nos setores económicos mais expostos à crise, e para o acentuar da turbulência social (Barata Salgueiro, 2020) o que obrigou a um importante conjunto de políticas públicas extraordinárias, de apoio às famílias e às empresas, nomeadamente através de um decisivo programa de suporte público do emprego (por processos de *lay-off*), de diversos tipos de apoios sociais, de apoios aos sectores económicos mais atingidos, ou ainda do estabelecimento de moratórias de protelamento de encargos de dívida. Paralelamente, a crise socioeconómica derivada da pandemia traduziu-se na eclosão de múltiplos novos movimentos e estruturas de ação social, como elemento essencial de solidariedade e de resposta coletiva às elevadas dificuldades. São estes movimentos que se irão de seguida analisar, no quadro mais vasto da evolução contemporânea dos movimentos sociais em Portugal.

Evolução da cidadania e das redes locais de ação em Portugal

Cidadania e movimentos sociais de base local

Nos anos mais recentes — pré-pandémicos — se parecia suceder-se uma fragilização da cidadania e do capital social nas sociedades ocidentais. Porém, tal perspetiva foi alimentada apenas por formas de interpretação demasiado clássicas e cada vez mais desajustadas das transformações em curso. Na verdade, o espaço público e político tem sido crescentemente ocupado por novos perfis de capital social e cultural e de intervenção cívica (Subirats, 2016). Um dinamismo visível, sobretudo nas novas, mais globalizadas e digitalizadas gerações, com maiores níveis de escolaridade e novas práticas de

¹⁰ Encomendas nos 3 meses anteriores à entrevista (INE).

interação sociocultural e de consciencialização política (Nel-lo, 2018; Merrifield, 2013) que, tanto nos centros como nas periferias territoriais, vão dando uma crescente atenção a múltiplos domínios sócio-territoriais e comunitários.

Com efeito, tem-se assistido a uma interessante evolução de iniciativas da sociedade civil, de movimentos sociais e de intervenções cívicas em Portugal (Seixas e Guterres, 2019), abrangendo áreas que vão da ecologia urbana à economia social, da mobilidade sustentável à habitação acessível, sendo mais visíveis as reivindicações e propostas quando se trata de campos muito debatidos e de territórios mais densos e sensíveis. Muitas iniciativas dirigem-se a carências materiais e sociais em habitats concretos; outras encaram os direitos sociais e ambientais de forma transversal, avaliando políticas e propondo alternativas; outras incidem a sua atenção na própria participação cívica e na qualidade dos processos democráticos. Alguns destes movimentos provêm de organizações com considerável inserção e reconhecimento social, incluindo estruturas permanentes e o envolvimento em redes internacionais; a larga maioria tratando-se de configurações pequenas, com reivindicações muito locais e muitas vezes efémeras. Não obstante, a conjugação orgânica destas diversas iniciativas transporta, em termos mais amplos, significativos elementos evolutivos: um crescente envolvimento social nas questões comunitárias, ecológicas e territoriais; o aumento das exigências para uma governação mais qualificada, transparente e colaborativa; a contribuição para a renovação dos sistemas políticos e democráticos.

Por seu lado, os poderes políticos e institucionais começam a estar mais disponíveis para a auscultação e a negociação com uma maior gama de agentes. O crescente reforço de diversas políticas públicas de proximidade e a maturação de processos colaborativos (como os Orçamentos Participativos ou alguns programas desenvolvidos em sistemas embrionários de parceria e de co-governação) têm aumentado as reações dos cidadãos para com os mais diversos temas ligados aos seus territórios de vida quotidiana. Porém, não obstante a sua aparente inevitabilidade, mantêm-se significativas incertezas

nestes processos evolutivos. Apesar de alguma abertura por parte das estruturas institucionais, estas são ainda práticas consideravelmente laterais em relação à larga maioria das dinâmicas políticas. A hipotética nova cultura de governança de base local encontra-se ainda pouco madura para a sua integração mais plena nos sistemas de debate e de decisão política de base territorial (Rio Fernandes *et al.*, 2020). Não obstante, estas são tendências que irão seguramente, de forma crescente, exigir às estruturas de governo territorial a adoção de novas formas de exercício da política (Sennett, 2016).

Tipologias de reação da sociedade civil

Num artigo recente que analisou as mais recentes reconfigurações dos movimentos sociais nas cidades de Lisboa e de Aveiro, Seixas e Mota (2021) sugeriram uma estrutura de análise tipológica dos movimentos cívicos e da sua evolução. Esta proposta envolve uma grelha de interpretação que conjuga as suas motivações, formas de organização, práticas e ainda resultados, e que se estrutura por quatro ordens de características: (i) protesto, (ii) reflexão, (iii) ação tática e (iv) inovação cívica e política.

Figura 3. Tipologias de movimentos cívicos urbanos



Fonte: Seixas e Mota (2021).

Os *movimentos de protesto* (i) agem através de uma postura reativa sobre um determinado tema, quer se trate de um problema urbano concreto ou de intenções mais globais de transformação da cidade, organizando-se para influenciar o processo de tomada de decisão, nomeadamente através de petições, intervenções com impacto mediático e, em alguns casos, iniciativas jurídicas. Esperam resultados a curto prazo e esgotam a sua ação com o fim da causa. A sua relação com o poder político é tensa e muitas vezes conflituosa.

Por seu lado, os *movimentos sociais urbanos* (ii) mais orientados por uma cultura de reflexão são motivados pelo conhecimento, diagnóstico e geração de ideias sobre o futuro da cidade, para as quais organizam debates e fóruns, produzem opiniões e só depois tomam posições. Não tendem a agir a curto prazo e estão um pouco mais longe da efervescência dos meios de comunicação social. Podendo, no entanto, deter maior potencial, embora sobretudo através de formas mais codificadas, de construir pontes entre posições antagónicas.

Os *movimentos de ação tática* (iii) são motivados principalmente pela transformação das cidades e do espaço público através de um ‘urbanismo de guerrilha’ ou ações de urbanismo tático. Pretendem impulsionar ou alcançar a transformação através de iniciativas específicas, de baixo custo e de impacto visível, desejavelmente através de processos participativos.

Finalmente, as *estruturas ou movimentos de inovação cívico-política* (iv), ainda raros, emergem — ou evoluem — em resposta ao aumento das responsabilidades cívicas, administrativas e políticas, promovidas por uma cidadania cada vez mais exigente ou/e por agentes políticos e dirigentes da administração pública que sugerem ações ou programas de co-governança, respondendo ao objetivo, explícito ou não, de desenvolvimento de novos modelos de cooperação no âmbito das políticas públicas e da ação cívica e promovendo a prototipagem e o design de novas experiências de governação. As recentes experiências dos laboratórios cívicos podem ser sugeridas como processos ou instrumentos de desenvolvimento deste tipo de movimentos (Seixas e Mota, 2021).

Em Portugal, as dinâmicas recentes de cidadania têm-se expressado sobretudo por via de lógicas de protesto ou de ação tática, com formas sobretudo reativas; mas cada vez mais, têm emergido também em domínios e por processos menos tradicionais, crescentemente ligados a lógicas de reflexão ou mesmo de co-construção, evidenciando uma crescente maturidade e posturas pró-ativas, de conjugação de agentes e de respostas para problemas transversais e coletivos. Por seu lado, embora as urgências sociais derivadas da pandemia tenham exigido reações mais eficazes, estas, a par das reações das políticas públicas, também acentuaram a necessidade de uma maior articulação entre reflexão e ação, entre diferentes tipos de redes de cidadania, agentes de mediação e poderes públicos. Atualmente, em Portugal, os diversos tipos de exercício de cidadania de cariz inovador, para além de crescentes, vão-se tornando mais conhecidos e acompanhados, aumentando as condições para contextos mais amplos de participação, de aprendizagem coletiva e de construção de estruturas de ação política com maior eficácia e alcance. Nestes sentidos, os diferentes tipos de movimentos cívicos tornam-se não apenas necessários, mas também, em diferentes momentos, complementares entre si, e entre as próprias estruturas de poder clássico. Sendo ainda expectável que, em redes e escalas mais alargadas, muitos agentes de diferentes coletivos se vão conhecendo e intercambiando experiências, conhecimentos e possibilidades, assim contribuindo, em termos sociopolíticos, para territórios mais participativos e para dinâmicas mais sofisticadas e resilientes de democracia local.

Redes Territoriais de Solidariedade durante a Covid-19 em Portugal

Os confinamentos realizados de 11 março a 2 maio 2020 (três meses) e de 15 janeiro a 11 março de 2021 (dois meses) mostraram uma notável capacidade de mobilização coletiva de organizações públicas, da sociedade civil e também das empresas.

Nos meses em que durou o confinamento, sobretudo o primeiro, foi ativada uma rede de organizações cívicas, empresariais e institucionais que prestaram serviços imprescindíveis aos grupos mais frágeis da comunidade, no domínio do abastecimento de proximidade, no apoio ao estudo e trabalho à distância e na criação de redes de vizinhança, entre outros. Durante este período, foi possível “experimentar um novo modelo de sociedade e de cidade há muito desejado, um modelo mais solidário, colaborativo e de proximidade, um modelo que, em condições anómalas, provou ser muito eficaz e possível” (Mota, 2020).

Num inquérito sobre dinâmicas cívicas lançado no final do primeiro confinamento produzido por um grupo de investigadores¹¹, colaboradores do coletivo Futuros Alternativos¹², foram identificadas 234 iniciativas solidárias que integraram posteriormente um mapeamento global produzido pelo projeto SOLIVID¹³.

Essas iniciativas foram tipificadas nos seguintes domínios: cuidar (novas formas de apoio social e comunitário), participar (novas formas de intervenção cívica), digitalizar (novas formas de trabalho, ensino e serviços públicos à distância), conhecer (novas formas de produzir conhecimento), desenvolver (novas respostas relacionadas com a economia, a logística, a habitação, a saúde ou outras) e criar (novas plataformas artísticas e culturais).

¹¹ Patrícia Simões, Diana Pereira, Nicolás Santelices Artaza, João Seixas e José Carlos Mota (14/07/2020).

¹² Maria Isabel Lima, Léa Prisca López, Laura Pomesano, José Carlos Mota, João Seixas, Isabel Moreira, Carlos Ribeiro, Carlos Queiroz, Carolina Cardoso, Bitocas Fernandes, Alexandra Ataíde, Ágata Gomes e Adolfo Chautón. Ver <https://futurosalternativos.com/>.

¹³ Ver <https://www.solivid.org/>.

Tabla 1

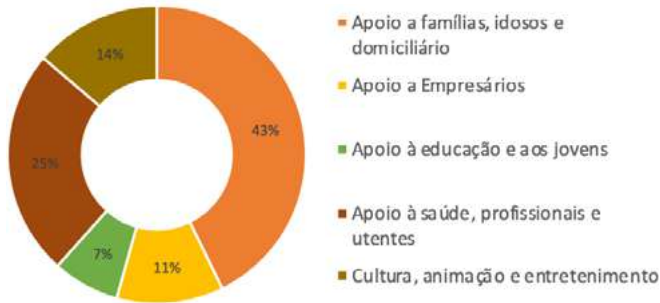
CONHECER	16	7%
CRIAR	19	8%
CUIDAR	104	44%
DESENVOLVER	38	16%
DIGITALIZAR	26	11%
PARTICIPAR	31	13%
Total	234	100%

Fonte: Futuros Alternativos.

Da análise produzida, o domínio cuidar foi o que gerou mais iniciativas solidárias (44%), seguido do desenvolver (16%), participar (13%) e do digitalizar (11%), e, por último, registam-se o criar (8%) e o conhecer (7%). Esta dinâmica revela a urgência do apoio social e comunitário, com iniciativas que vão da resposta a necessidades de proteção (viseiras e máscaras) à ajuda a grupos de risco (idosos, sobretudo) e a necessidade de apoio à atividade económica e ao abastecimento. Salienta-se, pelo carácter inovador, o surgimento de novas formas de intervenção cívica de base local, nomeadamente os grupos de vizinhos, iniciativas que serão objeto de análise detalhada no presente artigo.

Quanto aos beneficiários, a comunidade em geral é o principal público-alvo das iniciativas que decorrem em todo território no âmbito da resposta voluntária à Covid-19. A população dependente (jovens + idosos) representa o segundo grupo mais beneficiado pelas iniciativas. Enquanto os jovens viram o seu quotidiano mudar radicalmente, o ensino à distância foi um dos grandes desafios da era Covid-19, daí a possível necessidade de encontrar soluções que possam contribuir para o sucesso dos jovens e estudantes. Já quanto aos idosos, a resposta pode-se relacionar com o facto de ser uma população de risco. Com menor significância, apareceram ainda iniciativas com o intuito de ajudar famílias e população em situações de maior vulnerabilidade, o comércio e negócios portugueses, os profissionais de saúde e a população de risco.

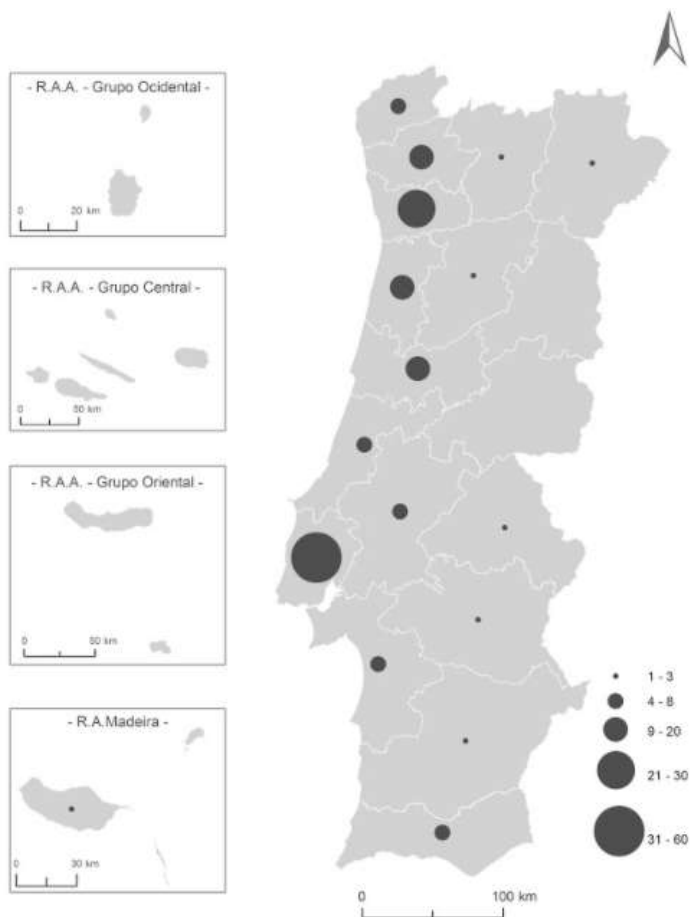
Gráfico 1. Tipologia das necessidades



Fonte: Futuros Alternativos.

A origem geográfica das iniciativas mostra uma maior concentração entre os distritos de Braga e Setúbal, com destaque para Lisboa, seguido de Aveiro, Leiria, Setúbal e Coimbra. Inversamente, observa-se uma menor concentração no interior do país, caracterizada por uma menor densidade populacional.

Figura 4. Origem das iniciativas



Fonte: Futuros Alternativos.

A tipologia de promotor mostra bem a diversidade de atores mobilizados para responder à pandemia. Do universo de iniciativas identificadas, as provenientes da cidadania (cidadãos e grupos de cidadãos informais) é o mais relevante, com 28%, seguido das promovidas pelas autarquias (25%), ONG (18%) e Empresas (18%). Ainda que no

universo das iniciativas cidadãs possa ter havido um trabalho de co-
 operação com os poderes públicos, em particular com as autarquias,
 é relevante o peso da sociedade civil informal no conjunto das inicia-
 tivas solidárias criadas durante o confinamento, o que permite con-
 cluir que esta se mobiliza e organiza sobretudo quando colocada em
 momentos de crise ou urgência. O facto de 46% das iniciativas terem
 surgido num período de tempo muito curto (entre 11 e 18 de março)
 mostra bem a capacidade de mobilização conseguida.

Gráfico 2. Tipo de promotor



Fonte: Futuros Alternativos.

Quanto ao futuro, o inquérito revelou que 20% das iniciativas referiu que para continuar precisam de consolidar as redes de proximidade e de maior coordenação, 18% sublinhou necessidades de apoio e/ou mais recursos humanos e 11% a importância de uma maior promoção e apoio para uma mais eficaz comunicação e divulgação das iniciativas.

Num ciclo de encontros promovido pelo coletivo Futuros Alternativos com o objetivo de contribuir para uma reflexão colaborativa e útil sobre o futuro pós desconfinamento e pós-Covid, e no qual participaram representantes das iniciativas solidárias mapeadas, concluiu-se que as organizações só valem pela capacidade de formar comunidade e de formar rede. Foi sublinhada a importância de criar mais permanência nas redes que se criam, pois a crise que se atravessa é complexa, acumulando a dimensão de saúde pública, económica e social. As redes de ajuda e solidariedade sendo fundamentais, impõem manter os cidadãos informados e participativos. Por último, foi mencionado que a sociedade portuguesa não convive bem com a experiência e o erro, competindo a estas redes de solidariedade afirmar os princípios da cooperação e do trabalho em rede e ativar (ou exigir) novas políticas públicas.

Coletivos de Vizinhos e laboratórios de cidadania — os casos de Aveiro e do Barreiro

Os casos de estudo aqui expostos — em Aveiro e no Barreiro — apresentam um conjunto de características representativas das dinâmicas mais recentes, justificando ainda uma breve análise comparativa. Os primeiros, Vizinhos de Aveiro e Vizinhos do Barreiro, ilustram duas dinâmicas de vizinhança que foram construídas no início do primeiro confinamento, de forma colaborativa, a partir de trocas de experiências entre os seus promotores, decorrentes de trabalho conjunto antes realizado. Os segundos, Cidadania Lab e LABIC Barreiro Velho, são dois laboratórios de cidadania promovidos no segundo ano de pandemia, apoiados por dois programas de financiamento distintos (Orçamento Participativo com Ação Direta promovido pelo Município de Aveiro e Programa Bairros Saudáveis apoiado pelo Governo) mas inspirados por iniciativas prévias comuns (Experimenta Distrito de Madrid e Lab Cívico de Santiago em Aveiro).

Os Vizinhos de Aveiro e o Cidadania Lab

Os Vizinhos de Aveiro (VA) são um coletivo cívico constituído a 13 de março de 2020 em resposta ao alarme social criado pela pandemia Covid-19 e à necessidade de agir em apoio às necessidades das comunidades locais mais fragilizadas pelo confinamento, respondendo assim ao apelo de mobilização social lançado pelo Senhor Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa.

Ativando o enorme capital social e colaborativo existente em Aveiro, que gerou nos últimos anos vários projetos de cidadania urbana¹⁴, um grupo de cidadãos organizou-se como coletivo de apoio para superar os desafios e incerteza que se viviam. Durante o primeiro confinamento, o grupo de coordenação operacional dos VA envolveu mais de 100 pessoas de diferentes formações e experiências de vida, a trabalhar colaborativamente à distância através de várias plataformas digitais, criando diversos grupos de trabalho.

O coletivo juntou em poucos dias mais de 10 mil pessoas no Facebook¹⁵, num espaço virtual de informação, entreajuda e união de esforços para combater possíveis perigos provocados pela pandemia Covid-19. Enquanto isso, o grupo de coordenação operacional de cidadãos organizou-se na plataforma Slack, criando dez grupos de trabalho, cada um com o seu coordenador e colaboradores, todos eles agrupados de acordo com os saberes, as experiências e as bibliografias de cada um¹⁶.

¹⁴ Como o Vivacidade (2015), Vivobairro (2016), Aveiro Soup (2017), Lab Cívico de Santiago (2019) e outros.

¹⁵ Ver <https://www.facebook.com/groups/Covid19aveiro>.

¹⁶ Grupos: G1 — Comunicação; G2 — Apoio Social; G3 — Serviços ao Domicílio/Apoio Comércio Local; G4 — Apoio Equipas Saúde; G6 — Linha do Vizinho; G7 — Apoio Jurídico; G8 — Moderação Grupo Facebook; G9 — Cultura; e G10 — Atividades Desportivas e de Bem-Estar.

Figura 5



Fonte: Vizinhos de Aveiro.

Entre as atividades desenvolvidas entre março e maio de 2020 e os resultados alcançados destacam-se: i) construção de um site com informação útil sistematizada e que permitiu à comunidade local a submissão de pedidos e ofertas de apoio¹⁷; ii) divulgação de Cartões de Apoio entre vizinhos e afixação daqueles nos diferentes bairros e freguesias; iii) apoio a mais de 30 instituições sociais, fazendo o levantamento prévio das necessidades de cada uma e facilitando ações no terreno através de voluntários, bens, nomeadamente EPI's, contactos e sinergias entre interlocutores da sociedade civil; iv) mobilização de uma bolsa com mais de 70 voluntários destinada a apoiar as pessoas dos grupos de risco no terreno; v) criação da Linha do Vizinho, uma linha telefónica de informação, proximidade e apoio social à comunidade, assente numa plataforma tecnológica e desenvolvida por um dos elementos da equipa operacional, docente e investigador da Universidade de Aveiro; vi) constituição de uma bolsa de voluntários para a Linha do Vizinho, sendo que os coordenadores da linha garantiram formação em atendimento de apoio à

¹⁷ Ver <https://vizinhos-aveiro.pt/>.

comunidade a mais de 20 voluntários; vii) levantamento e sistematização dos serviços ao domicílio em Aveiro; viii) resposta às necessidades de alojamento dos profissionais de saúde do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, recorrendo às ofertas de alojamento por parte da comunidade local, em articulação com o Município; ix) resposta aos pedidos de bens e equipamentos das estruturas de saúde através da recolha de doações; x) disponibilização de atividades artísticas, assim como de atividades culturais, lúdicas, de desporto e bem-estar, que as pessoas puderam fruir à distância; xi) disponibilização de atividades e conteúdos culturais, desportivos e de bem-estar, para a comunidade fruir à distância, através das plataformas online dos VA, graças às parcerias estabelecidas com profissionais locais; xii) moderação, informação e esclarecimento do grupo cívico no Facebook, com o apoio técnico de um grupo colaboradores especialistas nas áreas de direito, saúde e tecnologia, assim como dinamização das interações entre os membros do grupo, sobretudo na facilitação do encontro entre pedidos e ofertas de ajuda.

O Cidadania Lab surge em setembro de 2020 com o objetivo de dar continuidade ao espírito dos Vizinhos de Aveiro, já fora do contexto do primeiro confinamento, aproveitando a oportunidade do lançamento do Orçamento Participativo com Ação Direta promovido pela CM de Aveiro. Tratou-se de uma proposta submetida e votada por cidadãos que visou criar um espaço de diálogo e aprendizagem coletiva, de participação dos cidadãos na vida da comunidade e nas decisões políticas, de experimentação de soluções para problemas e necessidades que identificam na comunidade.

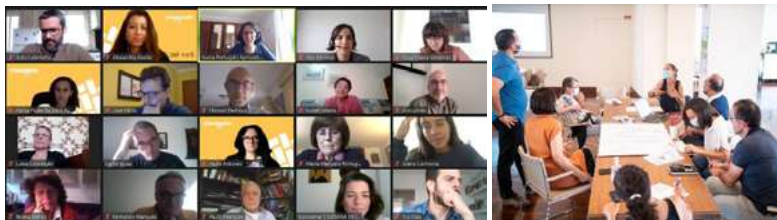
O projeto escolhido pelos cidadãos iniciou oficialmente a sua atividade a 9 de outubro de 2020 e abriu portas para um contexto e processo em que são os próprios cidadãos os protagonistas na criação de conhecimento e de soluções, uma vez que eles são os conhecedores, intérpretes e solucionadores por excelência das necessidades que identificam (Mulgan, 2006).

Perante o atraso que se verificava na implementação do plano de atividades do laboratório, provocado pelas restrições impostas face à

pandemia Covid-19 e pelos constrangimentos dos processos de contratação pública, o coletivo cívico tomou a iniciativa de criar e executar dois projetos adicionais: o #COLABORA, um evento colaborativo online dirigido a Organizações Sociais, com a presença de 18 representantes da ação social, que teve o objetivo de criar condições para o robustecimento de redes, partilha de recursos e criação de respostas conjuntas face à pandemia e conseqüente crise; e os Encontros entre Iniciativas Cívicas (EIC), um projeto de intercâmbio e aprendizagem com 12 iniciativas cívicas, de diferentes países, centradas na participação cidadã.

Desenhado para facilitar a participação dos cidadãos na vida da comunidade e na vida política, o plano de atividades do Cidadania Lab seguiu um processo metodológico de resolução colaborativa de problemas complexos, concretizado em diferentes etapas, desde o problema-ideia-protótipo de solução até à fase de teste-validação-continuidade, que se traduziram nos seguintes encontros participativos: Sessões Itinerantes nas Freguesias, Workshops de Desenvolvimento de Ideias, Experimentação e Mentoria, Workshops de Validação de Protótipos e Sessão de Celebração. Assim, entre abril e junho de 2021, foram implementados ao todo 14 encontros participativos com a comunidade aveirense: 10 eventos online e quatro presenciais.

Figura 6 e 7. Cidadania Lab



Fonte: Cidadania Lab.

No modelo aplicado no Cidadania Lab, foram organizadas quatro Sessões Itinerantes, que abrangeram as 10 freguesias do concelho, nas quais os cidadãos identificaram problemas, necessidades, preocupações, assim como oportunidades e sonhos para o território de que fazem parte. Com base na análise dos dados, emergiram oito áreas temáticas, das quais os participantes inscritos nos Workshops de Ideação elegeram cinco áreas de: Trajetos e mobilidade na rua; Espaços turísticos e culturais; Utilização dos espaços públicos; Proteção do ambiente e ecologia; Espaços verdes e jardins. Distribuídos por seis grupos de trabalho, os cidadãos abordaram problemas, geraram ideias e desenharam, de forma colaborativa, seis protótipos a testar durante um mês, em maio de 2021. Após a experimentação, os grupos de trabalho regressaram aos dois Workshops de Validação de Protótipos, em modo presencial, para apresentarem os resultados alcançados e afinarem as soluções desenvolvidas, os seis projetos cívicos: Passeios e Acessibilidades — no Bairro do Liceu; Cultura em Rede; Eco-Caminhadas; Polinizar Aveiro; Plataforma Parques de Aveiro; e Cuidadores do Bairro.

Decorreram ainda outras atividades de reflexão que aproximaram os cidadãos, os dirigentes da administração pública e políticos e o projeto terminou com uma Sessão de Celebração com a Comunidade, em que seis grupos dos projetos cívicos, outros cidadãos participantes, autarquia e cooperativa Aproximar, festejaram o caminho percorrido e os resultados alcançados deste exercício de cidadania em contexto de pandemia Covid-19.

Neste exercício foram envolvidos 400 cidadãos, demonstrando que novos modelos de governança são possíveis e são um contexto de proximidade de uma evidente riqueza democrática com excelentes resultados, como ilustra o vídeo oficial do Cidadania Lab¹⁸: mostrou-se ainda que é possível um trabalho de parceria entre poder local, cidadãos e outros atores da sociedade civil, para a criação de soluções conjuntas e de políticas públicas, como referiu o Senhor Presidente

¹⁸ Ver <https://www.youtube.com/watch?v=FcXCrdLw40w>.

da República na mensagem vídeo de apoio que enviou ao Cidadania Lab e à comunidade aveirense¹⁹.

De acordo com o inquérito aos participantes, as motivações que levaram os cidadãos a querer participar, são focadas na partilha de ideias e conhecimento, aprendizagem, criação de soluções, contributo para melhorar a cidade e comunidade de que fazem parte. 99% dos participantes recomendariam este tipo de encontros participativos a outras pessoas. Esta foi a primeira experiência para muitos, ainda que 22% tenham já integrado o Lab Cívico de Santiago. A totalidade dos cidadãos participantes reportou que após o exercício se sentem mais conectados afetivamente com o território do município e a maioria afirmou que experienciou um contexto colaborativo em comunidade mais eficaz, realizou novas aprendizagens sobre o concelho, freguesias e bairros, e considera que o seu bem-estar aumentou e os laços sociais foram fortalecidos.

Após a implementação do laboratório, foi apresentada uma proposta à autarquia de um espaço de inovação cidadã num modelo de governança partilhada²⁰ aguardando-se uma resposta.

Vizinhos do Barreiro e LABIC Barreiro Velho

De modo a gerar respostas rápidas e efetivas no combate à pandemia e apoio às comunidades locais, muitas das iniciativas cidadãs que emergiram nos primeiros dias de confinamento, rapidamente transformaram-se em redes de colaboração em diferentes escalas, potenciadas pelas tecnologias digitais. Partindo desta lógica de colaboração em rede, os Vizinhos do Barreiro, surgem em simultâneo e de forma articulada aos Vizinhos de Aveiro, mencionados anteriormente. A atuação dos Vizinhos do Barreiro (VB) centrou-se essencialmente entre os meses de março e maio de 2020, durante o primeiro confinamento imposto pelo estado de emergência. Inicialmente, o

¹⁹ Ver <https://bit.ly/3xz16um>.

²⁰ Ver <https://bit.ly/3o2kiv2>.

poder público local não conseguia dar respostas suficientes face aos mais diversos problemas resultantes da pandemia, motivando um pequeno grupo de cidadãos barreirenses com diferentes conhecimentos e experiências a colaborar à distância e de forma autogerida, na criação de uma rede local de entreatajuda e solidariedade. Através da articulação com outras iniciativas da sociedade civil e apoios públicos locais, foi possível dar respostas complementares aos serviços públicos essenciais. Ao mesmo tempo, a aprendizagem colaborativa resultante da troca de conhecimento com redes de vizinhança de outros territórios possibilitou ampliar a ação coletiva e responder mais rapidamente aos desafios a curto prazo.

Figura 8. Vizinhos do Barreiro



Fonte: Facebook Vizinhos do Barreiro.

Das ações promovidas pelo grupo, destacam-se: (1) Criação de uma página do Facebook que visava informar e facilitar a articulação entre pedidos e ofertas de ajuda, individuais e coletivas²¹; (2) Criação de uma bolsa com mais de 50 voluntários destinada a realizar entregas de bens essenciais ao domicílio de pessoas em grupos de risco. Os voluntários eram selecionados mediante disponibilidade de horário, transporte disponível e localização. Um protocolo de entregas solidárias foi criado com apoio técnico de especialistas da área da saúde; (3)

²¹ Ver <https://www.facebook.com/groups/vizinhosdobarreiro>.

Mapeamento colaborativo dos serviços ao domicílio no Barreiro; (4) Resposta aos pedidos de bens alimentares para pessoas em situação vulnerável, através da articulação entre voluntários, interlocutores do poder local e da sociedade civil, nomeadamente cantinas sociais, escolas e IPSS's; (5) apoio a instituições sociais na divulgação de necessidades diárias através da página do Facebook e contactos entre diferentes interlocutores da sociedade civil; e (6) Resposta às necessidades de produção de material hospitalar para o Hospital Garcia da Orta, em Almada, por meio da criação de uma rede de costureiras voluntárias.

É certo que a crise pandémica fez sobressair uma energia cívica caracterizada pela ação coletiva voluntária, que resultou em muitas respostas de curto prazo importantes para o bem-estar das nossas comunidades locais. No entanto, descortinou e amplificou desigualdades sociais e urbanas tão complexas, que exigem respostas que vão além da ação assistencial e emergencial.

A 25 de junho de 2021, o Governo português aprovou o Programa Bairros Saudáveis, um instrumento de política pública, de âmbito nacional, que visa financiar projetos locais de iniciativa participativa que permitam melhorar as condições sanitárias e de habitabilidade em zonas e bairros críticos que apresentem fatores de “risco acrescido” face à situação de pandemia da Covid-19.

Na cidade do Barreiro, uma das zonas críticas é precisamente a zona histórica, apelidada de “Barreiro Velho”. A atual degradação do edificado e do espaço público, o sentimento de abandono da população local e as graves consequências socioeconómicas e ambientais agravadas pela pandemia, motivaram alguns elementos do grupo cívico VB, que aproveitaram a abertura do Programa e uniram-se a uma rede de parcerias cidadãs, académicas, públicas e privadas para submeter a proposta de um laboratório de inovação comunitária, o LABIC Barreiro Velho.

O LABIC propõe-se como uma metodologia de aprendizagem e produção colaborativa focada na experimentação. Através da criação de espaços abertos ao diálogo e de ações táticas articuladas com

uma rede, pretende-se experimentar soluções conjuntas que melhorem a qualidade de vida no bairro e contribuam para uma visão alternativa de futuro no território.

Nesse sentido, a metodologia foi desenhada em 5 fases de atuação: (1) Mapear e identificar a comunidade; (2) Ligar, motivar e mobilizar a comunidade; (3) Capacitar e Empoderar a comunidade; (4) Potenciar a cogovernança e (5) Consolidar e Celebrar²².

Devido à falta de dados atualizados e constantes fluxos migratórios da população do Barreiro Velho, tornou-se urgente numa primeira fase, dar visibilidade às características identitárias do Barreiro Velho, de suas gentes, culturas e saberes. Por outro lado, o mapeamento de espaços expectantes (como praças e vazios urbanos) permitirá identificar potenciais espaços a serem dinamizados através do desenvolvimento de projetos de interesse coletivo.

O diagnóstico participado realizado numa fase prévia, permitiu identificar a falta de coesão, o sentimento de abandono e a existência de conflitos interculturais, que se refletem no uso do espaço público. Neste sentido, a primeira atividade programada da segunda fase — Redes que nos unem — prevê um conjunto de ações de sensibilização e fóruns cívicos que promovam o diálogo sobre os desafios do território, clarificando o papel das redes formais e informais existentes. A atividade Rua é Nossa pretende ativar a colaboração em rede e prevê um conjunto de workshops de ideação para a cocriação de uma programação de relevância comunitária, onde o espaço público possa ser palco de atividades culturais, desportivas, de recreio e lazer, essenciais à promoção do bem-estar, da coesão e sentimento de pertença. Os eventos serão produzidos por meio de oficinas “mão na massa” que promovam a partilha de recursos, ferramentas e conhecimento.

A terceira fase pretende capacitar a comunidade ao nível técnico, pessoal e coletivo, apoiando os grupos de moradores no desenho, implementação e gestão de projetos que melhorem a vida em comum — projetos de inovação comunitária (PICS). Desta forma, pretende-se

²² Ver <http://www.labicbarreirovelho.pt/>.

alavancar o sentido comunitário e a cidadania ativa e aumentar a capacidade de escolha e ação dos mais vulneráveis. Partindo de uma convocatória pública, moradores locais poderão integrar grupos de trabalho que irão participar de workshops de cocriação e capacitação. Uma convocatória para colaboradores permitirá aos grupos partilharem as suas ideias com a rede expandida de atores e entidades, tal como, necessidades de recursos, potencialidades e desafios. Os projetos serão desenvolvidos pelos moradores com o apoio técnico dos parceiros, tendo em vista a sua sustentabilidade a longo prazo.

A quarta fase propõe ativar, ampliar, capacitar e consolidar o grupo comunitário — Grupo dos Amigos do Barreiro Velho (GABV) — disponibilizando um espaço comum e dotando-o de uma caixa de ferramentas (recursos, ferramentas e conhecimentos) que lhe permita em articulação com entidades locais criar o Plano de Governança Local. Esta fase propõe um conjunto de ações de formação: (1) à comunidade, no que respeita a educação para a cidadania e autodeterminação, promovendo a construção de consciencialização e responsabilidade social e (2) ao GAVB, no que respeita ao desenvolvimento de competências de liderança, gestão comunitária e articulação com a rede de atores locais. A atividade inclui partilha de boas práticas entre comunidades de territórios distintos.

Através da consolidação do grupo comunitário, do fortalecimento de uma rede local de apoio, e da continuidade de programas de capacitação da comunidade em articulação com os parceiros locais e o projeto CLDS Barreiro COMSIGO, pretende-se celebrar os resultados conseguidos e estruturar linhas de ação futuras. Nesta fase pretende-se instaurar as assembleias comunitárias como mecanismo autogerido pelo GAVB para: (1) Avaliar o impacto do projeto no território; (2) Apresentar os instrumentos criados ao longo do processo; (3) Identificar as linhas de ação comunitária para o futuro, em articulação com a rede local e rede expandida.

Figura 9 e 10. Evento “O LABIC está no bairro”



Fonte: LABIC Barreiro Velho.

O LABIC encontra-se numa fase inicial devido ao atraso no processo de contratação pública, entre os meses de março a outubro de 2021. Os oito meses de espera permitiu a realização da atividade adicional “Conversas Porta à Porta”²³, uma série de entrevistas a moradores e trabalhadores da zona histórica da cidade do Barreiro que permitiram um conhecimento mais aprofundado da população local. Foram ainda realizados mais de 20 encontros com diferentes interlocutores da sociedade civil e poder público local, permitindo compreender as dinâmicas socioterritoriais existentes e ampliar a rede de colaboração.

Conclusões

A pandemia da Covid-19 deixou um rasto pesado de perdas de vidas humanas e de fragilização das condições de vida de muitas famílias e empresas, sobretudo em países com economias muito baseadas nos serviços e fortemente interligadas com o exterior, e com sociedades com redes sociais ainda muito organicamente estruturadas — como é o caso de Portugal. Contudo, curiosamente, a crise sanitária e a consequente crise socioeconômica foram ativadoras de respostas locais de solidariedade consideravelmente

²³ Ver <https://www.youtube.com/channel/UC9NcKdp8gGGe1wRCWa2g6GA>.

rápidas e eficazes. Articulando-se a sociedade civil, o Estado e a iniciativa privada, com resultados relevantes em plena turbulência e no alívio das consequências negativas de vários tipos de perdas e de destruições. Foi também o momento em que emergiram dinâmicas cívicas em domínios e por processos menos tradicionais, como o da reflexão ou da co-construção, evidenciando uma crescente maturidade e posturas pró-ativas de antecipação de respostas a problemas coletivos.

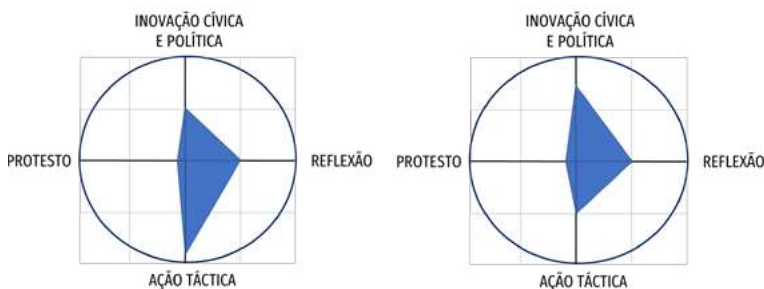
Neste artigo apresentaram-se os resultados de um mapeamento e inquérito a 234 iniciativas solidárias nacionais cujo conteúdo integrou o projeto SOLIVID e que dá corpo à presente publicação. Foram tipificados e hierarquizados seis domínios essenciais surgidos, o cuidar (44%), o desenvolver (16%), o participar (13%), o digitalizar (11%), o criar (8%) e o conhecer (7%), revelando a urgência dos apoios mais tradicionais (social e comunitário e atividade económica) e o surgimento de outros de carácter mais inovador (formas de intervenção cívica de base local, nomeadamente os grupos de vizinhos), tendo sido estas últimas iniciativas objeto de enfoque mais preciso.

Aplicando uma matriz tipológica de movimentos cívicos urbanos (Seixas e Mota, 2021), verificou-se que os coletivos VA e VB se situam maioritariamente no quadrante da ação tática urgente (solidariedade), mas encontrando-se por sua vez num importante processo de transição para um segundo nível com atividade e preocupações mais relacionadas com a reflexão e a predisposição para a constituição de redes de ação e de construção mais inovadora e coletiva. Por sua vez, os processos do Cidadania Lab e do LABIC são casos onde a preponderância é já claramente a da inovação cívica e construção coletiva, não obstante com preponderância ainda relativamente reduzida nos campos da reflexão e da ação tática urgente. Em qualquer dos casos, a dimensão protesto é praticamente inexistente.

Tomados em conjunto, estes dois casos revelam assim algumas perspectivas estimulantes de evolução das práticas solidárias em

meios urbanos. Num primeiro momento, visam agir sobre os problemas das comunidades e só após o período de emergência sobressai a postura de construção coletiva e ação tática, já não sobre pessoas, mas sobre os lugares.

Figuras 11 e 12. Movimentos cívicos de ação tática (Vizinhos de Aveiro e Barreiros) e de construção coletiva (Cidadania Lab e LABIC)



Fonte: Autores.

Em ambos os casos, a relação com os poderes públicos mantém-se muito reduzida, resultado de desconfianças mútuas e de uma longa cultura de liderança local que ainda toma os movimentos com considerável sobrançeria. Ainda assim, no caso do Cidadania Lab em Aveiro, por se tratar de um projeto apoiado pelo município, emerge alguma possibilidade da experimentação realizada poder ter eco nas práticas participativas autárquicas.

O trabalho destes coletivos cívicos tem vindo a ganhar junto das comunidades um apoio cada vez mais relevante, e que se traduz numa crescente participação nas atividades promovidas. Por seu lado, embora a um passo consideravelmente distinto, e sempre impregnado por desconfianças mútuas e pelas culturas político-administrativas acima referidas, também se tem registado algum tipo de aproximação por parte de responsáveis políticos e técnicos autárquicos.

Estes exemplos são uma evidência do capital social e colaborativo latente e em expansão nas comunidades e de que estes podem ser desenvolvidos com maior capacidade de ação quando são criados espaços e contextos mais propícios — mesmo quando em contextos difíceis, como é o caso da pandemia. As profundas barreiras à colaboração entre sociedade civil e a administração pública podem ser minadas por via de um crescendo de processos participativos e assim paulatinamente estruturando futuros modelos de governança partilhada (Polyak *et al.*, 2021).

A pandemia fez sobressair a importância de ativar a inteligência social e coletiva nas comunidades para desenvolver o sentimento de pertença, laços e redes de solidariedade, bem como para o fomento de culturas colaborativas, aumentando as práticas de participação cidadã e o fortalecimento das capacidades de resolução conjunta de problemas. Construir espaços e formas de organização como os laboratórios cidadãos, que permitem diálogo, experimentação e erro, aprendizagem coletiva, consensos, colaboração, co-construção de conhecimento e resolução conjunta de desafios (Parra, Fressoli e Lafuente, 2017), será seguramente construir comunidades mais sábias, solidárias e resilientes.

Bibliografia

Barata Salgueiro, T. (2020). Viver na Cidade sob a pandemia da Covid-19. *Finisterra LV*, 115, 113-119.

Merrifield, A. (2013). The urban question under planetary urbanization in International, *Journal of Urban and Regional Research*, 37(3), 909-922.

Mota, J. C. (2020, dezembro). Como vamos construir a cidade e a sociedade pós-pandémica? *Revista Linhas*. Universidade de Aveiro. Disponível em: <https://www.ua.pt/file/63336>.

Mota, J. C. (2021, maio). A cidade pós-Covid e o impacto da pandemia na relação casa-trabalho. *Revista Terramaia*. Disponível em: https://www.cm-maia.pt/cmmaia/uploads/writer_file/document/5844/terra_maia_3.pdf.

Mulgan, G. (2006). The process of social innovation. *Innovations: Technology, Governance, Globalization*, 1(2), 145-162. Disponível em: www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/itgg.2006.1.2.145.

Nel-lo, O. (2018). *A cidade em movimento*. Lisboa: Tigre de Papel.

Parra, H. Z. M., Fressoli, M. e Lafuente, A. (2017). Apresentação: Ciência Cidadã e Laboratórios Cidadãos | Introduction: Citizen Science and Citizen Labs. *LIINC em Revista*, 13(1). Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v13i1.3907>.

Polyak, L. et al. (2021). *The Power of Civic Ecosystems Cooperative*. Viena: City Books.

Rio Fernandes, J. A.; Teles, F.; Chamusca, P. e Seixas, J. (2020). The power of the cities and the power in the cities: a multiscale perspective from Portugal. *BAGE Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 87.

Seixas, J. e Guterres, A.B. (2019). Political evolution in the Lisbon of the digital era. Fast urban changes, slow institutional restructuring and growing civic pressures. *Urban Research and Practice*, 11(3).

Seixas, J. e Mota, J. (2021). Dialogues, tensions and expectations between urban civic movements and city administration. Lessons for urban politics evolution from two recent participatory processes in Portugal. *The Evolving Scholar*, IFoU 14th Edition.

Sennett, R. (2016). *Building and dwelling: Ethics for the City*. Londres: Allen Lane.

Subirats, J. (2016). *El poder de lo próximo: Las virtudes del municipalismo*. Madrid: Libros de la Catarata.